

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.612.262	1.611.969
1.01	Ativo Circulante	32.227	72.272
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.942	47.698
1.01.03	Contas a Receber	19.389	19.305
1.01.06	Tributos a Recuperar	844	3.023
1.01.07	Despesas Antecipadas	954	1.356
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.098	890
1.02	Ativo Não Circulante	1.580.035	1.539.697
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	289.644	307.241
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	63.234	108.326
1.02.01.07	Tributos Diferidos	194.040	165.286
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	194.040	165.286
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	8	32
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	32.362	33.597
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	30.999	29.690
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	1.363	3.907
1.02.03	Imobilizado	8.834	8.448
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.834	8.448
1.02.04	Intangível	1.281.557	1.224.008
1.02.04.01	Intangíveis	1.281.557	1.224.008

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.612.262	1.611.969
2.01	Passivo Circulante	1.489.683	1.391.533
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.207	5.324
2.01.01.01	Obrigações Sociais	592	731
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.615	4.593
2.01.02	Fornecedores	14.066	16.873
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.066	16.873
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.912	2.590
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.572	1.359
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.340	1.231
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.380.101	1.348.182
2.01.04.02	Debêntures	1.380.101	1.348.182
2.01.05	Outras Obrigações	592	546
2.01.05.02	Outros	592	546
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	324	318
2.01.05.02.05	Outros Passivos	268	228
2.01.06	Provisões	87.805	18.018
2.01.06.02	Outras Provisões	87.805	18.018
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	0	1.970
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	87.805	16.048
2.02	Passivo Não Circulante	211.168	252.600
2.02.02	Outras Obrigações	127.925	117.625
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	126.519	116.068
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	126.519	116.068
2.02.02.02	Outros	1.406	1.557
2.02.02.02.03	Outros Passivos	1.406	1.557
2.02.04	Provisões	83.243	134.975
2.02.04.02	Outras Provisões	83.243	134.975
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	1.858	4.935
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	7.166	5.020
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	74.219	125.020
2.03	Patrimônio Líquido	-88.589	-32.164
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-392.167	-335.742

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	98.295	256.972	85.235	213.802
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-72.499	-198.659	-59.158	-146.093
3.03	Resultado Bruto	25.796	58.313	26.077	67.709
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.697	-10.176	-5.167	-8.431
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.146	-10.640	-5.235	-13.607
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.741	-9.692	-4.746	-12.067
3.04.02.02	Honorários da Administração	-405	-948	-489	-1.540
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	449	464	68	5.176
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.099	48.137	20.910	59.278
3.06	Resultado Financeiro	-36.351	-133.316	-44.421	-136.767
3.06.01	Receitas Financeiras	1.307	6.302	3.305	11.639
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.658	-139.618	-47.726	-148.406
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-14.252	-85.179	-23.511	-77.489
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.828	28.754	7.909	26.227
3.08.02	Diferido	4.828	28.754	7.909	26.227
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.424	-56.425	-15.602	-51.262
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.424	-56.425	-15.602	-51.262
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00031	-0,00186	-0,00005	-0,00169

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.424	-56.425	-15.602	-51.262
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.424	-56.425	-15.602	-51.262

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	88.812	115.640
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	105.861	109.904
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-56.425	-51.262
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-28.754	-26.227
6.01.01.03	Depreciação e amortização	32.552	28.536
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	5.881	2.545
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	174	225
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	118.217	132.126
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-4.218	-8.391
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	94	31
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	10.451	9.390
6.01.01.12	Provisões para demandas judiciais	-3.077	1.417
6.01.01.13	Provisões para manutenção em rodovias	31.047	21.336
6.01.01.14	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-81	178
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.049	5.736
6.01.02.01	Contas a Receber	-3	762
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	426	-193
6.01.02.03	Outros Ativos	1.336	478
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-2.806	-4.271
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	6	-13
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	322	-369
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-1.118	219
6.01.02.08	Provisão para manutenção - pagamento	-15.970	0
6.01.02.09	Provisão para demandas judiciais - pagamentos	-1.309	-2.533
6.01.02.10	Outros Passivos	-112	-184
6.01.02.11	Tributos a Recuperar	2.179	11.840
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-33.353	11.607
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-1.471	-100
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-81.192	-42.788
6.02.04	Aplicações financeiras	-47.000	-16.281
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	96.310	70.776
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-94.215	-72.071
6.03.02	Amortização de principal sobre debêntures	-38.803	-15.174
6.03.03	Pagamento de juros sobre debêntures	-55.412	-56.897
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-38.756	55.176
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.698	32.301
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.942	87.477

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-335.742	0	-32.164
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-335.742	0	-32.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-56.425	0	-56.425
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-56.425	0	-56.425
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-392.167	0	-88.589

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-276.898	0	26.680
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-276.898	0	26.680
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-51.262	0	-51.262
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-51.262	0	-51.262
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-328.160	0	-24.582

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	274.001	235.940
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	179.942	175.957
7.01.02	Outras Receitas	94.059	59.983
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	83.189	45.316
7.01.02.02	Receitas Acessórias	10.325	9.491
7.01.02.03	Outras Receitas	464	5.176
7.01.02.04	Reversão para crédito de liquidação duvidosa	81	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-170.488	-113.830
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-79.232	-62.412
7.02.04	Outros	-91.256	-51.418
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-82.321	-45.186
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-2.855	-2.860
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-6.080	-3.372
7.03	Valor Adicionado Bruto	103.513	122.110
7.04	Retenções	-32.552	-28.536
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.552	-28.536
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	70.961	93.574
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.302	11.639
7.06.02	Receitas Financeiras	6.302	11.639
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	77.263	105.213
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	77.263	105.213
7.08.01	Pessoal	16.032	18.071
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.480	13.134
7.08.01.02	Benefícios	3.672	3.985
7.08.01.03	F.G.T.S.	880	952
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-12.265	-9.139
7.08.02.01	Federais	-21.592	-18.234
7.08.02.03	Municipais	9.327	9.095
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	129.921	147.543
7.08.03.01	Juros	0	75
7.08.03.02	Aluguéis	1.253	1.289
7.08.03.03	Outras	128.668	146.179
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	10.451	9.390
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	118.217	136.789
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-56.425	-51.262
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-56.425	-51.262



3T19

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 30 de Setembro 2019

20 de Dezembro de 2019 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do terceiro trimestre de 2019.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de Setembro de 2019 e 2018 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 16
Responsabilidade Socioambiental	Página 17
Demonstrações Financeiras	Página 18
Relacionamento com o Auditor	Página 22

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
 Diretor Administrativo, Financeiro e de
 Relações com Investidores / CFO

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

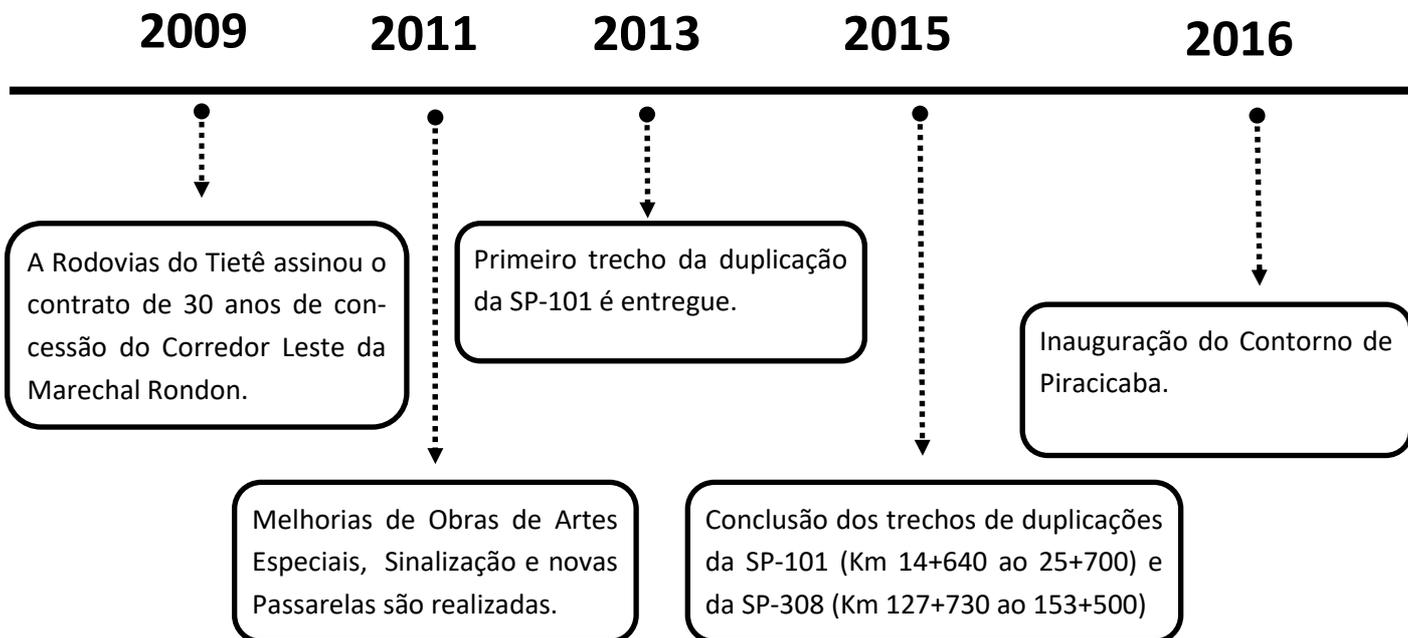


Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita Operacional

✓ R\$ 174 milhões de receita líquida.



Tráfego

✓ Aumento de 1,61% no tráfego pedagiado e redução de 2,29% no tráfego em eixos equivalentes.



Obras

- ✓ Início da duplicação da SP-101
- ✓ Início da duplicação da SP-308
- ✓ Implantação de dispositivo da SP-101
- ✓ Implantação de dispositivo da SP-300





Sumário Executivo

A economia Brasileira nos primeiros nove meses de 2019 segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego.

No cenário externo, a provisão de estímulos monetários adicionais nas principais economias, em contexto de desaceleração econômica e de inflação abaixo das metas, tem sido capaz de produzir ambiente relativamente favorável para economias emergentes. Entretanto, o cenário segue incerto, e os riscos associados a uma desaceleração mais intensa da economia global permanecem.

Diversas medidas de inflação subjacente se encontram em níveis confortáveis, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária.

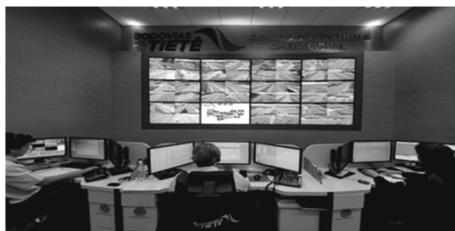
As expectativas de inflação para 2019, 2020, 2021 e 2022 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 3,5%, 3,8%, 3,75% e 3,5%, respectivamente.

No cenário com trajetórias para a taxa de juros e de câmbio extraídas da pesquisa Focus, as projeções do Copom situam-se em torno de 3,3% para 2019 e 3,6% para 2020. Esse cenário supõe, entre outras hipóteses, trajetória de taxa Selic que encerra 2019 em 5,00% a.a. e permanece nesse patamar até o final de 2020. Também supõe trajetória de taxa de câmbio que termina 2019 em R\$3,90/US\$ e permanece nesse patamar até o final de 2020. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 3,5% para 2019 e 4,5% para 2020.

No cenário com taxa Selic constante em 6,00% a.a. e taxa de câmbio constante a R\$4,05/US\$2, as projeções condicionais para a inflação situam-se em torno de 3,4% para 2019 e 3,6% para 2020. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 3,6% para 2019 e 4,6% para 2020.

Nos nove primeiros meses de 2019 houve aumento de 1,61% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes houve uma redução de 2,29%, quando comparado no mesmo período do ano anterior.

Essa redução deve-se, principalmente pela suspensão da cobrança dos eixos suspensos e pela paralisação dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio de 2018 que afetou diversos setores econômicos e produtivos do país que dependem do transporte de cargas. A suspensão da cobrança de eixos suspensos passou a vigorar em 31 de maio de 2018. A suspensão da cobrança foi uma das reivindicações dos caminhoneiros que fez parte do acordo junto ao governo para suspender a greve.



Tráfego

Nos nove meses de 2019 o volume de tráfego teve um aumento de 1,61% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio aumentou 1,67%, enquanto comerciais leves teve uma aumento de 9,29% e comerciais pesados uma queda de 8,87%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2019*	2018*	Variação
Passeio	14.688.317	14.446.524	1,67%
Comercial Leve	2.817.869	2.578.326	9,29%
Comercial Pesado	1.800.372	1.975.583	-8,87%
Total	19.306.558	19.000.433	1,61%

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

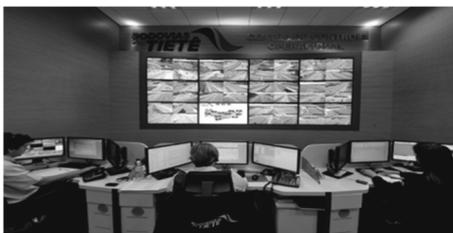
Nos nove meses de 2019 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve uma queda 2,29% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio aumentou 1,65%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 6,63% e comerciais pesados uma queda de 12,04%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2019*	2018*	Variação
Passeio	14.440.255	14.206.315	1,65%
Comercial Leve	6.717.732	6.300.006	6,63%
Comercial Pesado	10.131.817	11.518.307	-12,04%
Total	31.289.804	32.024.628	-2,29%

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

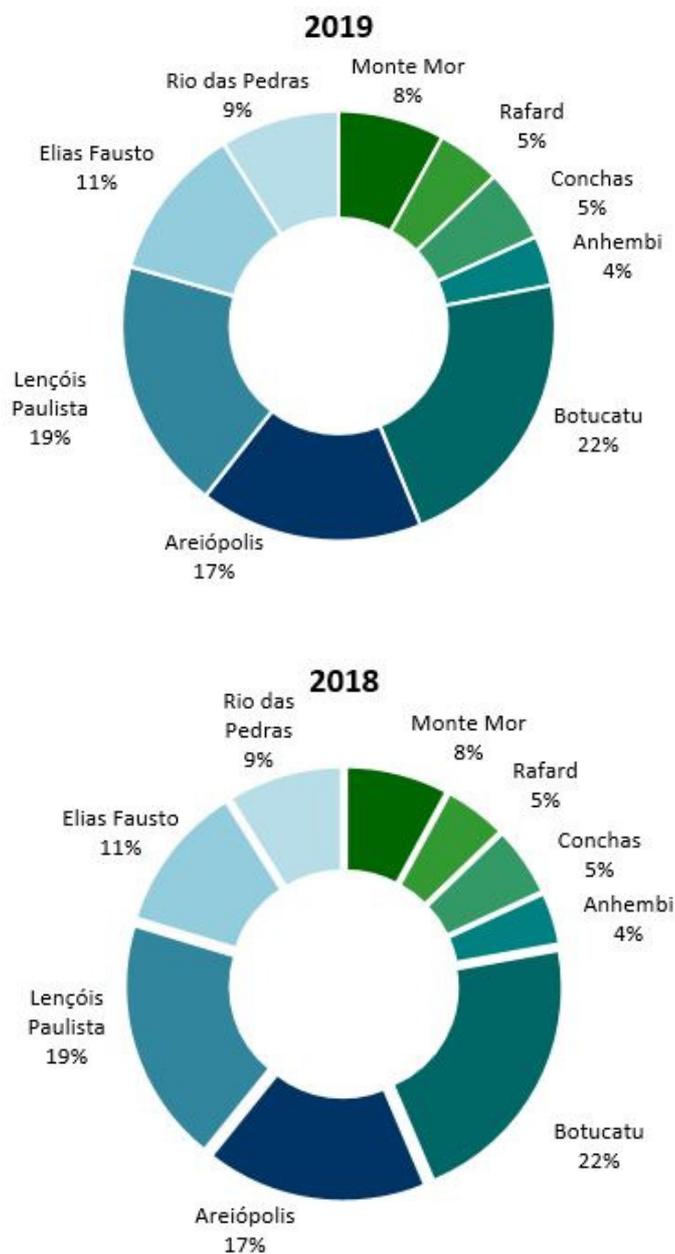
A diminuição deve-se, principalmente pela suspensão da cobrança dos eixos suspensos e pela paralisação dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio de 2018 que afetaram diversos setores econômicos e produtivos do país que dependem do transporte de cargas.

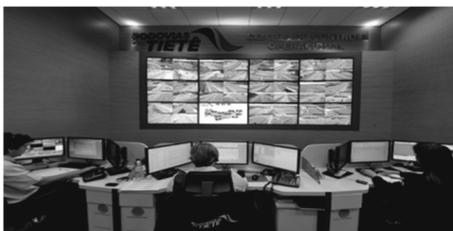


Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 58% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 42% da receita.



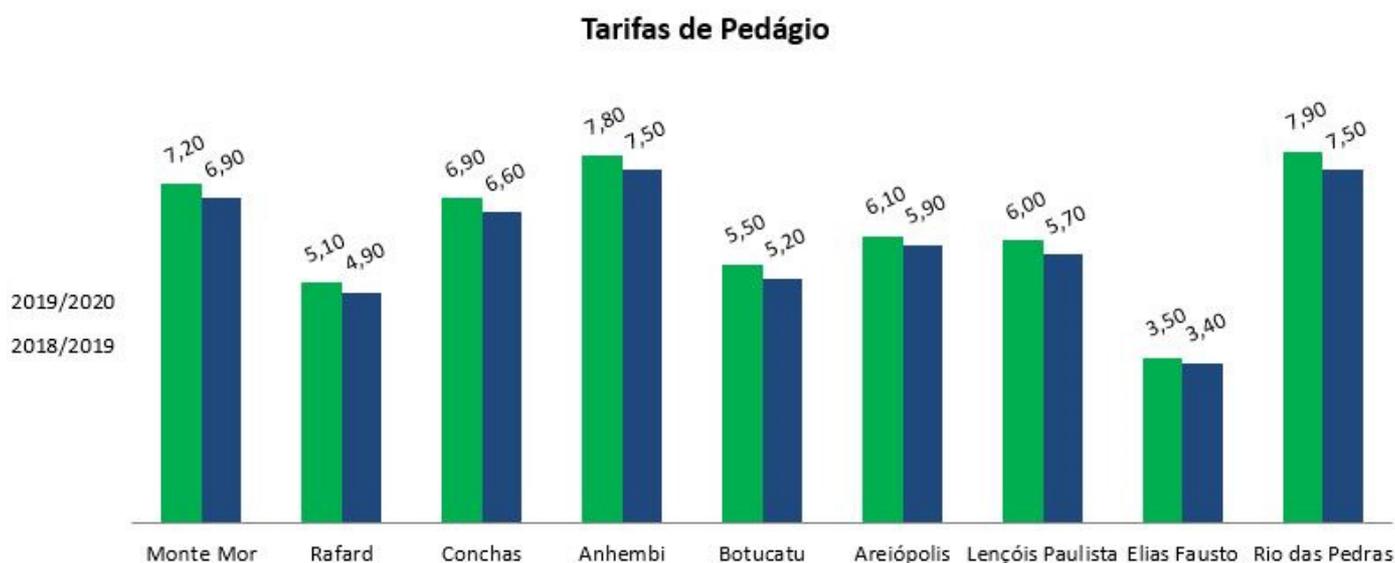


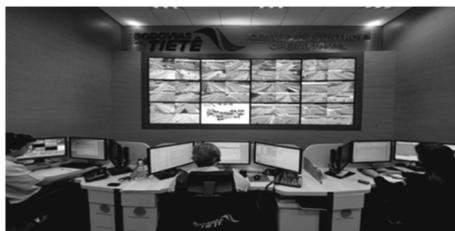
Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2019/2020 é de R\$ 6,22 contra R\$ 5,96 em 2018/2019.

Praça de pedágio	2019/2020	2017/2018
Monte Mor	7,20	6,90
Rafard	5,10	4,90
Conchas	6,90	6,60
Anhembi	7,80	7,50
Botucatu	5,50	5,20
Areiópolis	6,10	5,90
Lençóis Paulista	6,00	5,70
Elias Fausto	3,50	3,40
Rio das Pedras	7,90	7,50
Tarifa Média	6,22	5,96





Receitas

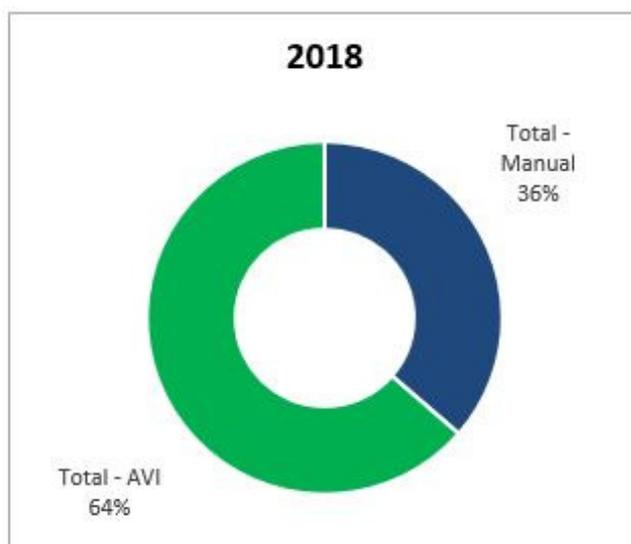
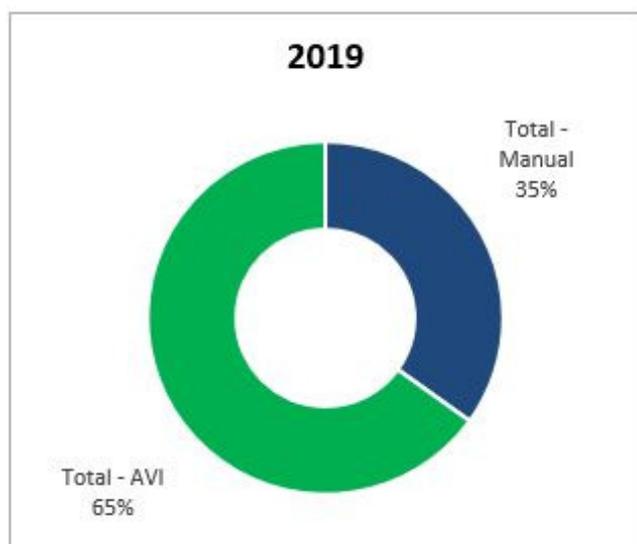
Receitas (em R\$ mil)	2019*	2018*	Varição
Receitas de Pedágio	179.942	175.957	2,26%
Receitas Acessórias	10.325	9.491	8,79%
Impostos sobre Receitas	(16.484)	(16.962)	-2,82%
Receitas Operacionais	173.783	168.486	3,14%
Receitas de Construção	83.189	45.316	83,58%
TOTAL	256.972	213.802	20,19%

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

A Concessionária obteve, nos primeiros nove meses de 2019, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 179.942 mil (R\$ 175.957 mil no mesmo período de 2018) e arrecadou R\$ 10.325 mil (R\$ 9.491 mil no mesmo período de 2018) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 16.484 mil nos nove primeiros meses de 2019 (R\$ 16.962 mil no mesmo período de 2018).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 83.189 mil de receita de construção contra R\$ 45.316 mil no mesmo período do anos de 2018 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2019*	2018*	Variação
Com Pessoal	(15.084)	(16.532)	-8,76%
Honorários da Administração	(948)	(1.540)	-38,44%
Manutenção e conservação	(32.346)	(31.309)	3,31%
Serviço de terceiros	(5.401)	(4.880)	10,68%
Ônus variável da concessão	(2.855)	(2.860)	-0,17%
Seguros e Garantias	(1.724)	(1.728)	-0,23%
Outros	(5.554)	(4.376)	26,92%
Subtotal	(63.012)	(63.225)	1,09%
Custo de serviços de construção	(82.321)	(45.186)	82,18%
Provisão para demandas judiciais	533	(1.417)	-137,61%
Provisão para manutenção em rodovias	(31.047)	(21.336)	45,51%
Depreciação e amortização	(32.552)	(28.536)	14,07%
Total	(209.299)	(159.700)	31,06%

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

Nos primeiros nove meses de 2019, houve um aumento de 31,06% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 159.700 mil em 2018 para R\$ 209.299 mil em 2019. As principais variações foram:

- ⇒ Com Pessoal: Redução em função da reversão da participação no resultado de 2018 e 2019;
- ⇒ Honorários da Administração: Redução em função da reversão da participação no resultado de 2018 e 2019;
- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Aumento nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego.



EBITDA e MARGEM EBITDA

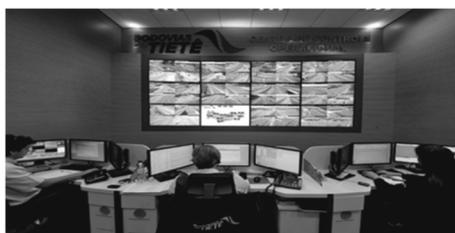
O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2019*	2018*	Varição
Resultado Líquido do Período	(56.425)	(51.262)	10,07%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(28.754)	(26.227)	9,64%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	133.316	136.767	-2,52%
(+/-) Depreciação e Amortização	32.552	28.536	14,07%
EBITDA	80.689	87.814	-8,11%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	31.047	21.336	45,51%
EBITDA AJUSTADO (a)	111.736	109.150	2,37%
Receitas Operacionais (b)	173.783	168.486	3,14%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	64,30%	64,78%	-0,49 p.p.

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

Nos primeiros nove meses de 2019, houve um aumento de 2,37% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 109.150 mil nos primeiros nove meses de 2018 para R\$ 111.736 mil no mesmo período de 2019. E a margem EBITDA ajustado teve uma redução de 0,49 p.p.

Além disso, houve um aumento de 14,07% na depreciação e amortização que passou de R\$ 28.536 mil nos primeiros nove meses de 2018 para R\$ 32.552 mil no mesmo período de 2019, em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego. Houve também uma variação de 45,51% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019.



Resultado Financeiro

O resultado financeiro nos primeiros nove meses de 2019, comparado ao mesmo período de 2018, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2019*	2018*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(118.217)	(132.126)	-10,53%
Juros sobre Mútuo	(10.451)	(9.390)	11,30%
Outras Despesas Financeiras	(10.950)	(6.890)	58,93%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(139.618)	(148.406)	-5,92%
Receitas Financeiras	6.302	11.639	-45,85%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(133.316)	(136.767)	-2,52%

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

Nos nove primeiros meses de 2019 houve uma redução de 2,52% no resultado financeiro que passou de (R\$ 136.767) nos nove primeiros meses de 2018 para (R\$ 133.316) mil no mesmo período de 2019. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Financiamentos e Debêntures: Redução em função dos pagamentos efetuados do principal com atualização e juros.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Aumento em função do AVP da provisão para manutenção em rodovias e dos custos de transação com as debêntures.
- ⇒ Receitas Financeiras: Menores valores aplicados e menor CDI sobre as aplicações financeiras vinculadas.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215



Debêntures - (continuação)

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensa para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
 - A.1 Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Com a declaração de vencimento antecipado, a Administração da Concessionária realizou a abertura do processo de recuperação judicial como sendo mais um passo para a reestruturação financeira, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam Corredor Leste da Marechal Rondon.



Debêntures - (continuação)

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia apresentou em juízo pedido de Recuperação Judicial, em razão da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, em Assembleia Geral de Debenturistas, ocorrido no dia 08 de novembro de 2019.

O pedido de recuperação é mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, onde no pedido de recuperação, apresentado na Vara Judicial da Comarca de Salto, foi requerido:

- O deferimento do pedido de Recuperação Judicial;
- Que a Administração seja mantida no controle e administração das Contas do Projeto e dos Recebíveis; e
- O regular andamento do pedido de recuperação judicial, conforme previsto na Lei 11.101/2005.

Após a publicação da decisão do deferimento do pedido de Recuperação Judicial pelo magistrado da Comarca citada, a Companhia terá, de acordo com o art. 53 da Lei 11.101/05, 60 dias para apresentar o plano de recuperação judicial.

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15



Obras e Investimentos



Duplicação da SP-101

Duplicação do km 25+700 ao km 43+500 (total de 17,80 quilômetros) da rodovia SP-101 e implantação/adequação de 5 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados, bem como as intervenções de supressão vegetal. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 25, 32 e 41 também foram iniciadas e o custo incorrido até setembro de 2019 foi de R\$ 7,660 milhões.



Duplicação da SP-308

Duplicação do km 102+200 ao km 127+730 (total de 25,53 quilômetros) da rodovia SP-308 e implantação/adequação de 8 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados, bem como as intervenções de supressão vegetal. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 103, 107 e 112 também foram iniciadas e o custo incorrido até setembro de 2019 foi de R\$ 4,488 milhões.



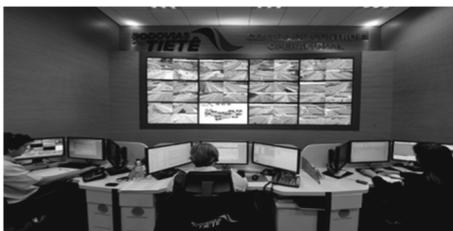
Dispositivo da SP-101 km 5+000

Construção de um dispositivo no km 5+000 da SP-101, próximo a cidade de Campinas, com interligação ao viário urbano e conexão com corredores da EMTU. A contratação foi dividida em duas etapas: a primeira etapa, relacionadas as faixas de aceleração/desaceleração, foi concluída e a segunda etapa, relacionada à construção da OAE, já foi contratada e os trabalhos estão sendo iniciados. O custo incorrido até setembro de 2019 foi de R\$ 1,768 milhão.



Dispositivo da SP-300 km 257+800

Melhorias no dispositivo existente no km 257+800 da SP-300, reconfigurando-o e adequando as faixas de aceleração/desaceleração e os raios de giro dos ramos. O custo incorrido até setembro de 2019 foi de R\$ 372 mil.



Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela



Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com o convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.

Projeto Escola



Esta ação tem como o objetivo receber na sede da concessionária e apresentar às crianças da rede de ensino fundamental para conhecer os serviços disponibilizados pela concessionária a seus usuários e introduzir os primeiros conceitos de segurança viária.

Seleção na Estrada

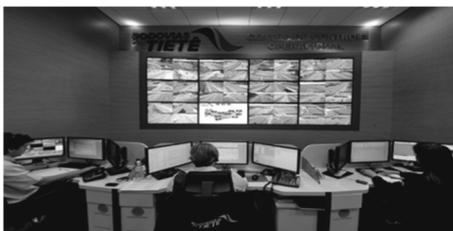


Esta ação tem como objetivo acompanhar e orientar motoristas ou pedestres circulantes das áreas lindeiras às rodovias concessionadas sobre a saúde, visando reduzir o índice de acidentes causados por mal súbito no “volante” e disponibilizar orientação médica. Nesta ação afere-se a pressão arterial e o índice glicêmico dos usuários participantes.

Ação “Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista”



Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. A concessionária disponibiliza gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e faz a distribuição de equipamentos como: antenas anti cerol e kit de adesivos refletivos para capacete.



Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2019	2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	8.942	47.698
Contas a receber (Nota 6)	19.389	19.305
Despesas Antecipadas	954	1.356
Impostos a recuperar (Nota 7)	844	3.023
Outros ativos	2.098	890
	32.227	72.272
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	63.234	108.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	194.040	165.286
Despesas antecipadas	8	32
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	30.999	29.690
Outros ativos	1.363	3.907
Imobilizado (Nota 9)	8.834	8.448
Intangível (Nota 10)	1.281.557	1.224.008
	1.580.035	1.539.967
Total do ativo	1.612.262	1.611.969



Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2019	2018
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	14.066	16.873
Debêntures (Nota 14)	1.380.101	1.348.182
Credor pela concessão	324	318
Obrigações tributárias	2.912	2.590
Obrigações trabalhistas	4.207	5.324
Provisões (Nota 13)	87.805	18.018
Outros passivos	268	228
	1.489.683	1.391.533
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	-	-
Provisões (Nota 13)	83.243	134.975
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	126.519	116.068
Outros passivos	1.406	1.557
	211.168	252.600
Total do passivo	1.700.851	1.644.133
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(392.167)	(335.742)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(88.589)	(32.164)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.612.262	1.611.969



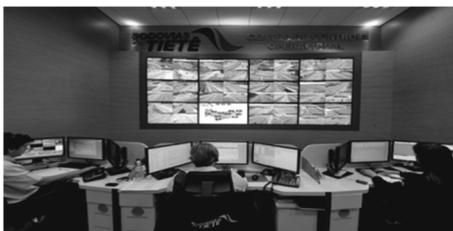
Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2019	2018
Receita operacional líquida (Nota 16)	256.972	213.802
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(198.659)	(146.093)
Lucro bruto	58.313	67.709
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(10.640)	(13.607)
Outras receitas operacionais, líquidas	464	5.176
	(10.176)	(8.431)
Lucro operacional	48.137	59.278
Despesas financeiras (Nota 18)	(139.618)	(148.406)
Receitas financeiras (Nota 18)	6.302	11.639
Despesas financeiras, líquidas	(133.316)	(136.767)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(85.179)	(77.489)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	28.754	26.227
Prejuízo do período	(56.425)	(51.262)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	-0,00186	-0,00169



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(56.425)	(35.661)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.754)	(18.317)
Depreciação e amortização	32.552	18.989
Rendimentos de aplicações financeiras	(4.218)	(6.166)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	94	31
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	118.217	89.338
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	10.451	6.209
Provisões para demandas judiciais	(3.077)	1
Provisões para manutenção em rodovias	31.047	13.260
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	5.881	1.983
Variação monetária sobre provisão para investimentos	174	175
Reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa	(81)	-
	105.861	69.842
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(3)	4.902
Despesas antecipadas	426	1.240
Tributos a recuperar	2.179	8.700
Depósitos judiciais	(1.309)	(2.554)
Outros ativos	1.336	(396)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(2.806)	(4.500)
Credor pela concessão - ônus variável	6	(28)
Obrigações tributárias	322	(531)
Obrigações trabalhistas	(1.118)	1.297
Provisão para manutenção — pagamento	(15.970)	-
Outros passivos	(112)	(128)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	88.812	77.844
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(47.000)	(16.281)
Resgate de aplicações financeiras	96.310	70.776
Investimentos no ativo imobilizado	(1.471)	(53)
Investimentos no ativo intangível	(81.192)	(21.230)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(33.353)	33.212
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	(38.803)	(15.175)
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	(55.412)	(56.896)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(94.215)	(72.071)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(38.756)	38.985
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	47.698	32.301
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	8.942	71.286



Relacionamento com o Auditor

No ano de 2019, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*, cujo valor representa aproximadamente 10% dos honorários de auditoria, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as demonstrações financeiras de 2019.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria B desde 9 de fevereiro de 2012.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de setembro de 2019, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.284 milhões (R\$ 3.339 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 2.365 milhões (R\$ 3.420 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornará ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresentou prejuízo no montante de (R\$ 56.425) (2018 – (R\$ 51.262)), um capital circulante líquido negativo de (R\$ 1.457.456) (31 de dezembro de 2018 – (R\$ 1.319.261)) e passivo a descoberto em (R\$ 88.589) (31 de dezembro de 2018 - Passivo a descoberto – (R\$ 32.164)) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

A Companhia informa que os eventos ocorridos após a data de 30 de setembro de 2019, foram divulgados na nota explicativa 25.

Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

A apresentação das demonstrações contábeis intermediárias foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de dezembro de 2019.

2. Base de preparação

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado (DVA) em suas demonstrações contábeis, enquanto para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2019.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro

Em milhares de reais

IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia avaliou que a nova norma não trouxe impactos às suas demonstrações contábeis.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Disponibilidades	1.449	1.043
Aplicação compromissada de debêntures (i)	<u>7.493</u>	<u>46.655</u>
	<u>8.942</u>	<u>47.698</u>

- (i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independentemente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Não circulante	<u>63.234</u>	<u>108.326</u>
	<u>63.234</u>	<u>108.326</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro

Em milhares de reais

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas informações contábeis. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pedágio eletrônico a receber	13.136	11.882
Cartões de pedágio a receber	684	626
Receitas acessórias	4.845	6.063
Valores em trânsito	724	815
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(81)
	<u>19.389</u>	<u>19.305</u>

7. Impostos a recuperar

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	844	3.023
	<u>844</u>	<u>3.023</u>
Circulante	<u>844</u>	<u>3.023</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	163.158	141.944
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	168	349
Provisão para participação nos lucros		569
Outras provisões	1.058	1.002
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Provisão para manutenção de rodovias	55.088	47.963
Provisão para investimentos em rodovias	3.216	3.225
AVP Outorga	1.601	1.642
	<u>224.289</u>	<u>196.694</u>
Passivo:		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Amortização – curva de tráfego (i)	<u>(30.249)</u>	<u>(31.408)</u>
Líquido	<u>194.040</u>	<u>165.286</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro

Em milhares de reais

- (i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Em 30 de setembro de 2019, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 479.876 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 417.482). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 30 de setembro de 2019 nos seguintes exercícios sociais:

<u>Ano</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
2024	1.294	2.880
2025	2.724	4.030
2026	704	2.529
2027	4.140	5.875
2028	13.885	12.394
2029	20.855	21.964
2030	21.088	21.829
2031	26.898	26.142
2032	30.529	29.102
2033	21.235	19.196
2034	24.150	19.345
2035	26.538	
	<u>194.040</u>	<u>165.286</u>

O crédito de imposto a recuperar sobre o prejuízo da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável ao prejuízo como segue:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(85.179)	(77.489)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	<u>28.961</u>	<u>26.346</u>
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(207)	(119)
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	<u>28.754</u>	<u>26.227</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro

Em milhares de reais

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Aquisições	34	19	76				129
Depreciação	(131)	(260)	(281)	(426)		(305)	(1.403)
Saldo contábil, líquido	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	1.341	2.493	4.784	2.350	377	7.401	18.746
Depreciação acumulada	(663)	(1.118)	(4.313)	(2.038)		(2.166)	(10.298)
Saldo contábil, líquido	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Em 30 de setembro de 2019							
Saldo inicial	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Aquisições	-	33	434	1.004	-	-	1.471
Baixas	(91)	(9)	(71)	(1.317)	-	-	(1.488)
Transferências	-	-	-	(43)	-	-	(43)
Transferência Depreciação	-	-	-	33	-	-	33
Depreciação	(99)	(193)	(224)	(274)	-	(229)	(1.019)
Baixa de Depreciação	78	9	56	1.289	-	-	1.432
Saldo contábil, líquido	566	1.215	666	1.004	377	5.006	8.834
Em 30 de setembro de 2019							
Custo	1.251	2.517	5.147	1.994	377	7.401	18.687
Depreciação acumulada	(685)	(1.302)	(4.481)	(990)	-	(2.395)	(9.853)
Saldo contábil, líquido	566	1.215	666	1.004	377	5.006	8.834
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar condicionado e sistema de telefonia da sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 5.510 (2018 - R\$ 4.257).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro

Em milhares de reais

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2018						
Saldo inicial	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Aquisições (vii)	-	35.613	1.503	33.625	1.105	71.846
Alienações	-	(30)	-	-	-	(30)
Transferências	-	23	-	(68)	45	-
Amortização (vi)	(14.417)	(19.693)	(1.197)	-	(1.451)	(36.758)
Saldo contábil, líquido	<u>462.548</u>	<u>655.058</u>	<u>39.501</u>	<u>64.159</u>	<u>2.742</u>	<u>1.224.008</u>
Em 31 de dezembro de 2018						
Custo	542.244	755.578	58.471	64.159	8.392	1.428.844
Amortização acumulada	(79.696)	(100.520)	(18.970)	-	(5.650)	(204.836)
Saldo contábil, líquido	<u>462.548</u>	<u>655.058</u>	<u>39.501</u>	<u>64.159</u>	<u>2.742</u>	<u>1.224.008</u>
Em 30 de setembro de 2019						
Saldo inicial	462.548	655.058	39.501	64.159	2.742	1.224.008
Aquisições (vii)	-	48.310	2.124	37.553	1.083	89.070
Alienações	-	(27)	-	-	-	(27)
Transferências	-	26.307	1.649	(27.914)	-	42
Amortização (vi)	(11.315)	(18.060)	(1.038)	-	(1.123)	(31.536)
Saldo contábil, líquido	<u>451.233</u>	<u>711.588</u>	<u>42.236</u>	<u>73.798</u>	<u>2.702</u>	<u>1.281.557</u>
Em 30 de setembro de 2019						
Custo	542.244	830.168	62.244	73.798	9.475	1.517.929
Amortização acumulada	(91.011)	(118.580)	(20.008)	-	(6.773)	(236.372)
Saldo contábil, líquido	<u>451.233</u>	<u>711.588</u>	<u>42.236</u>	<u>73.798</u>	<u>2.702</u>	<u>1.281.557</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

10. Intangível – (continuação)

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, a qual foi considerada a taxa média ponderada de 3,32% em 2019 (3,07 % em 2018), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 7.916 (R\$ 8.966 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

A administração da Companhia, com base em estudos preliminares identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível, porém, as projeções futuras dependem da definição do plano de recuperação judicial, portanto, optou por não reconhecer nenhuma provisão ao valor recuperável desses ativos, e espera concluir as análises de valor recuperável na data-base de 31 de dezembro de 2019.

O teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, conseqüentemente, em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro

Em milhares de reais

11. Fornecedores

No período findo em 30 de setembro de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o total de fornecedores foi como segue:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	5.376	8.648
Cauções e retenções contratuais (i)	8.690	8.225
	<u>14.066</u>	<u>16.873</u>

- (i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

12. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Remuneração fixa	1.341	1.247
Remuneração variável	(393)	293
	<u>948</u>	<u>1.540</u>

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.

A redução apresentada se deve pela reversão da Participação nos Lucros e Resultados, conforme mencionado na Nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.872.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	114.686	105.210
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	11.833	10.858
			<u>126.519</u>	<u>116.068</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação das debêntures.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro

Em milhares de reais

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no período foram de R\$ 10.451 (Nota 18) (no exercício de 2018 – R\$ 12.822).

13. Provisões

	<u>39/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para demandas judiciais	1.858	4.935
Provisão para investimentos em rodovias	7.166	6.991
Provisão para manutenção em rodovias	162.024	141.067
	<u>171.048</u>	<u>152.993</u>
Circulante	87.805	18.018
Não circulante	<u>83.243</u>	<u>134.975</u>

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 30 de setembro de 2019 no montante de R\$ 0 (2018 - R\$ 63) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 30 de setembro de 2019 no montante de R\$ 495 (2018 - R\$ 965) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2019, a Companhia possui o equivalente a R\$ 41.968 (2018 - R\$ 55.700) de causas trabalhistas, R\$ 32.931 (2018 - R\$ 35.257) de causas cíveis, e R\$ 199.429 (2018 - R\$ 119.770) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 30 de setembro de 2019, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$ 30.999 (2018 - R\$ 29.690) incluem R\$ 17.078 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas na vara de Nanuque - Minas Gerais (2018 - R\$ 17.961). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$ 351 estão relacionados a discussões cíveis (2018 - R\$ 865), R\$ 539 relacionados a outros processos trabalhistas (2018 - R\$ 322), R\$ 4.972 relacionados a discussões tributárias (2018 - R\$ R\$ 4.496) e R\$ 8.059 relacionados a processos com a ARTESP (2018 - R\$ 6.046).

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos nos trimestres foi como segue:

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

13. Provisões – (continuação)

	31/12/2018	Provisão	Atualização monetária	30/09/2019
Provisão para investimentos	6.991		175	7.166
	6.991		175	7.166

	31/12/2017	Provisão	Atualização monetária	31/12/2018
Provisão para investimentos	6.739		252	6.991
	6.739		252	6.991

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/09/2019	31/12/2018
2019	-	3.941
2020	-	1.525
2021	-	1.525
2022	7.166	-
	7.166	6.991

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2018	Adição	Transferência (i)	Realização	Reversão	30/09/2019
Provisão para manutenção	155.288	31.046	-	(15.970)	-	170.364
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.221)	(22)	-	-	5.903	(8.340)
	141.067	31.024	-	(15.970)	-	162.024
Circulante	16.047	-	71.758	-	-	87.805
Não circulante	125.020	31.024	71.758	(15.970)	5.903	74.219

	31/12/2017	Adição	Transferência (i)	Realização	Reversão	31/12/2018
Provisão para manutenção	123.335	31.953	-	-	-	155.288
Ajuste a valor presente (AVP)	(12.539)	(1.682)	-	-	-	(14.221)
	110.796	30.271	-	-	-	141.067

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro

Em milhares de reais

Circulante	32.142	(16.094)	-	16.048
Não circulante	78.654	30.271	16.094	125.019

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para os próximos doze meses foram transferidos para curto prazo.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/09/2019	31/12/2018
2019	87.805	16.048
2020	27.581	90.308
2021	43.068	32.376
2022	3.570	2.435
	<u>162.024</u>	<u>141.167</u>

14. Debênturesa) Descrição da operação

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Valor do Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	30/09/2019	31/12/2018
Principal corrigido pelo IPCA	1.400.962	1.403.435
Remuneração (juros)	32.022	3.863
Custos com emissão	(52.883)	(59.115)
	<u>1.380.101</u>	<u>1.348.182</u>
Circulante	<u>(1.380.101)</u>	<u>(1.348.182)</u>
Não circulante	-	-

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro

Em milhares de reais

14. Debêntures – (continuação)

c) Movimentação das debêntures:

31/12/2018	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	30/09/2019
1.348.182	126.134		(38.803)	(55.412)	1.380.101
31/12/2017	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2018
1.338.875	174.117	(2.463)	(111.316)	(51.030)	1.348.182

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	Amortização	Valor do principal
2019	2,81%	42.221
2020	6,41%	96.312
2021	7,05%	105.929
2022	8,46%	127.114
2023	10,54%	158.367
2024	11,44%	171.890
2025	12,78%	192.024
2026	13,55%	203.593
2027	13,71%	205.997
2028	6,49%	97.514
	93,24%	1.400.962

d) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia, pelas aplicações financeiras vinculadas e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas semestrais, as quais são acompanhadas pela administração e não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas pela Companhia, exceto as garantias informadas na Nota Explicativa 25.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

14. Debêntures – (continuação)

d) Cláusulas restritivas e garantias – (continuação)

Assembleia Geral de Debenturistas (AGD)

Em 05 de junho de 2019, foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo:

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período findo em 30 de junho de 2019 seja igual ou superior a 1,15; e
- (ii) A relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período findo em 30 de junho de 2019 seja de até 75/25.

A não autorização da dispensa do cumprimento dos Índices Financeiros, resultou na reclassificação da dívida para o passivo circulante, conforme determinação das normas de contabilidade.

Porém, em 30 de julho de 2019, antes da emissão dessas demonstrações contábeis, os Debenturistas aprovaram em assembleia a dispensa do cumprimento dos Índices Financeiros do período base de 30 de junho de 2019.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		30.357.847.596

Em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do período alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro

Em milhares de reais

16. Receita operacional líquida

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Receita com arrecadação de pedágio	179.942	175.957
Receita de serviços de construção	83.189	45.316
Receitas acessórias	10.325	9.491
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(16.484)</u>	<u>(16.962)</u>
	<u>256.972</u>	<u>213.802</u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Com pessoal	(15.084)	(16.532)
Honorários da administração	(948)	(1.540)
Manutenção e conservação	(32.346)	(31.309)
Serviços de terceiros	(5.401)	(4.880)
Ônus variável da concessão	(2.855)	(2.860)
Seguros e garantias	(1.724)	(1.728)
Custo dos serviços de construção (i)	(82.321)	(45.186)
Provisão para demandas judiciais	533	(1.417)
Provisão para manutenção em rodovias (ii)	(31.047)	(21.336)
Depreciação e amortização	(32.552)	(28.536)
Outros	<u>(5.554)</u>	<u>(4.376)</u>
	<u>(209.299)</u>	<u>(159.700)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(198.659)	(146.093)
Despesas gerais e administrativas	<u>(10.640)</u>	<u>(13.607)</u>
	<u>(209.299)</u>	<u>(159.700)</u>

- (i) Referem-se aos gastos com investimentos de ampliação nas rodovias da Companhia;
(ii) Implantação de novo cronograma de manutenção, conforme nota 13.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

18. Despesas e receitas financeiras

	30/09/2019	30/09/2018
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(118.217)	(132.126)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(10.451)	(9.390)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(6.080)	(3.372)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2)	(2)
Juros sobre demais operações financeiras	-	(75)
Outras despesas financeiras	(4.868)	(3.441)
	<u>(139.618)</u>	<u>(148.406)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5.381	9.955
Atualização de impostos a recuperar	110	459
Outras receitas financeiras	811	1.225
	<u>6.302</u>	<u>11.639</u>
Resultado financeiro	<u>(133.316)</u>	<u>(136.767)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	30/09/2019	30/09/2018
Salários e encargos sociais	(14.034)	(13.742)
Benefícios previstos em lei	(1.999)	(2.060)
Benefícios adicionais	(1.672)	(1.926)
Plano de Participação nos Resultados	1.673	(344)
	<u>(16.032)</u>	<u>(18.072)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro

Em milhares de reais

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(56.425)	(51.262)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>30.357.847.596</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00185)</u>	<u>(0,00169)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis intermediárias.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – (continuação)

a) Risco de mercado - (continuação)

Risco de taxa de juros – (continuação)

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 30 de setembro de 2019, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 5,40% ao ano, observada no fechamento de 30 de setembro de 2019, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 2,89% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 30 de setembro de 2019, divulgada pelo IBGE.

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	6.832	8.540	10.248
Debêntures	Aumento do IPCA	150.293	160.264	170.235

Passivo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	4.509	5.636	6.764
Debêntures	Aumento do IPCA	99.193	105.774	112.355

Ativo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	3.415	2.561	1.707

Ativo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	2.254	1.690	1.127

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – (continuação)

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro - (continuação)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2019 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 4 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	14.066	-	-	14.066
Debêntures	1.380.101	-	-	1.380.101
Credor pela concessão	324	-	-	324
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	-	-	126.519	126.519
Total	1.394.491	-	126.519	1.521.010

Reestruturação da Dívida

A Companhia informa que as informações sobre a reestruturação da dívida estão sendo divulgadas na Nota Explicativa 25.

Continuidade Operacional

Com os eventos informados na Nota Explicativa 25, a continuidade operacional da Companhia poderá ser afetada por eventos adversos do processo de recuperação judicial.

O intuito do processo da recuperação judicial é para adequar a sua dívida com os debenturistas ao seu fluxo de caixa e continuar a operacionalizar as suas atividades assumidas junto ao órgão regulador e efetivar os pagamentos aos fornecedores.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro - (continuação)d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	63.234	108.326
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	8.942	47.698
Contas a receber de clientes	19.389	19.305
Depósitos judiciais	30.999	29.690
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.380.101	1.348.182
Contas a pagar a fornecedores	14.066	16.873
Outras contas a pagar	1.674	1.785
Partes relacionadas - mútuo a pagar	126.519	116.068
Obrigações com o poder concedente	324	318

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 30 de setembro de 2019 representa 19% (31 de dezembro de 2018 - 20%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	126.519	116.068
Debêntures	1.380.101	1.348.182
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.942)	(47.698)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(63.234)	(108.326)
Dívida líquida	<u>1.434.444</u>	<u>1.308.226</u>
Total do patrimônio líquido	<u>(88.589)</u>	<u>(32.164)</u>
Total da capital	<u>1.345.855</u>	<u>1.276.062</u>
Índice de alavancagem financeira - %	106,58%	102,52%

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	30 de setembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 14) (i)	1.432.984	630.899	1.407.298	725.338

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Exceto pelo saldo de disponibilidades (nível 1), os demais instrumentos financeiros da Companhia são classificados como nível 2.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	61.384
	Responsabilidade civil geral	64.473
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	32.000
	Riscos de Engenharia	92.629
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	71.791
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	141.730

A Companhia não obteve sucesso na renovação de seu seguro garantia, obrigatório no âmbito do Contrato de Concessão, obtendo resposta negativa acerca da referida renovação de sua Seguradora no dia 25 de junho de 2019, tendo a Seguradora justificado a não renovação em razão da atual situação econômico-financeira da Companhia e da reestruturação de suas debêntures ainda estar em andamento. A Companhia entrou com medida judicial contra a Seguradora e obteve êxito, tendo sido concedidos 90 dias adicionais ao da vigência da apólice, que passou a ter o vencimento em 1º de outubro de 2019.

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	7.916	4.663

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

25. Eventos subsequentes

I. Renovação do Seguro Garantia

Conforme descrito na Nota explicativa 23, Companhia teve a renovação de seu seguro garantia negada pela seguradora, a medida judicial contra a Seguradora com 90 dias adicionais ao da vigência da apólice, que venceu em 1º de outubro de 2019.

Em 02 de outubro de 2019, a Companhia informou ao mercado que o seguro garantia, teve seu prazo expirado no dia 1º de outubro de 2019, sendo certo que, não obstante, a Ação ainda se encontra pendente de decisão de mérito.

O seguro garantia é obrigatório de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária, firmado pela Companhia junto ao órgão regulador ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo, a não renovação ou apresentação de garantia de valor e condições equivalentes, pode ocasionar a caducidade da Concessão.

A Companhia informa que continua envidando seus melhores esforços para a renovação do seguro garantia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

II. Assembleia Geral de Titulares de Debêntures

Em 20 de setembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi solicitado a aprovação dos seguintes termos:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, conforme cláusula 4.16.6 da Escritura de Emissão, tendo em vista o descumprimento, pela Companhia, de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das AGDs realizadas anteriormente; e (ii) recomposição dos Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas Reserva, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Administração de Contas Bancárias.
- A.1. Em caso de aprovação do item A, concessão de waiver para (i) o cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das AGDs realizadas anteriormente; e (ii) a recomposição dos Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas Reserva, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Administração de Contas Bancárias.
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Em caso de apresentação de nova proposta para reestruturação das Debêntures pela Companhia, análise, discussão e aprovação de tal proposta pelos Debenturistas, podendo ser apresentada pelos Debenturistas presentes contraproposta;
- D. Outros assuntos que sejam estritamente relacionados às matérias previstas nos itens anteriores.

Em relação ao item C, a Companhia apresentou aos Debenturistas uma nova proposta da reestruturação, abaixo os principais pontos:

- Alongamento da dívida para 15 de dezembro de 2036;
- Alteração no Cronograma dos Vencimentos da Amortização;
- Redução da taxa de Remuneração de 8,00% para 0,50%;
- Alteração dos Pagamentos da Remuneração, de acordo com o novo cronograma;
- Exclusão do Índice Financeiro (Dívida Financeira e Capital Total);
- Aporte de Capital do Acionista; e
- Conversão do Mútuo em Capital Social.

Os Debenturistas deliberaram por suspender está Assembleia até o dia 04 de outubro de 2019.

Em 04 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensa para o dia 25 de outubro de 2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensa para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
- A.1 Com o resultado do item “A”, este item ficou prejudicado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
Em milhares de reais

- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item “A”, este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

III. Recuperação Judicial

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia apresentou em juízo pedido de Recuperação Judicial, que na visão da Companhia é a maneira mais adequada para:

- A. Buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições;
- B. Preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;
- C. Possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades;
- D. Preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

O processo de Recuperação Judicial é regido pela Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”). De acordo com os termos da Lei de Recuperação e Falências, a Companhia apresentará, após a publicação da decisão de deferimento do pedido de Recuperação Judicial pelo magistrado da Vara Judicial da Comarca de Salto, dentro do prazo de 60 dias, o plano de recuperação que deverá observar os seguintes requisitos:

- A. Discriminação pormenorizada dos meios de recuperação dos ativos da Companhia a serem empregados;
- B. Demonstração de viabilidade econômica do plano; e
- C. Laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

Não ocorrendo objeção ao plano de recuperação, a Companhia permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que vencerem em até 2 anos após o deferimento do pedido de Recuperação Judicial.

O pedido de Recuperação Judicial é mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Devido aos assuntos descritos no parágrafo "Base para abstenção de conclusão", contudo, não obtivemos evidências apropriadas e suficientes como base para expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias.

Base para abstenção de conclusão

(a) Situação financeira

Em 8 de novembro de 2019, em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures, que em 30 de setembro de 2019 montam a R\$ 1.380.101 mil. Em 11 de novembro de 2019, dado a situação financeira, a Companhia protocolou pedido de recuperação judicial junto à Comarca de Salto – SP, e deverá apresentar o plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias, a partir da data de deferimento do referido pedido. Atualmente, a administração da Companhia, com o apoio de especialistas, está em fase de elaboração do plano de recuperação judicial, que inclui entre outros, o plano de negócio com as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa projetados para os próximos exercícios. Adicionalmente, diante da situação financeira, a Companhia teve a renovação de seu seguro garantia negada pela seguradora, tampouco apresentou garantia de valor e condições equivalentes, conforme descrito na Nota 25 às informações contábeis intermediárias. Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, a ausência do seguro garantia representa inadimplência que, se comprovada por processo administrativo, poderá implicar na caducidade da concessão.

(b) Redução ao valor recuperável de ativos

Em decorrência dos assuntos mencionados acima, a administração da Companhia, baseada em estudos preliminares fundamentados por projeções futuras que dependem da definição do plano de recuperação judicial, conforme descrito na Nota 10, identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível que em 30 de setembro de 2019 montam a R\$ 8.834 mil e R\$ 1.281.557 mil, respectivamente. Dado as incertezas presentes, principalmente quanto a definição do plano de recuperação judicial, a administração optou por não reconhecer nenhuma perda por redução ao valor recuperável desses ativos, e espera concluir as análises de valor recuperável na data-base de 31 de dezembro de 2019. Consequentemente, nas circunstâncias, não foi possível revisar e determinar o montante da perda por desvalorização sobre os referidos ativos nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2019.

Considerando esse conjunto de elementos e a amplitude envolvida no contexto das informações contábeis intermediárias, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento concluir sobre o valor do ajuste de perda por impairment, mencionado no item (b) acima, assim como, concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração dessas informações contábeis intermediárias são apropriados.

Não obstante a impossibilidade de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, conforme mencionado no parágrafo anterior, a Companhia apresenta histórico de prejuízos fiscais não utilizados e, neste momento, encontra-se em situação financeira que, para se tornar viável, demanda a aprovação de um plano de recuperação judicial. As normas contábeis requerem que a manutenção ou o registro de tributos diferidos apenas ocorram se for provável que o benefício fluirá para a entidade. Nesse contexto, o saldo de créditos de tributos diferidos, no montante R\$ 194.040 mil em 30 de setembro de 2019, deveria ser baixado. Consequentemente, o ativo realizável a longo prazo encontra-se registrado a maior e o patrimônio líquido e o prejuízo do período encontram-se a menor, nesse mesmo valor.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Fomos contratados também para revisar, em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias acima referidas, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para abstenção de conclusão", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essa demonstração em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Sorocaba, 20 de dezembro de 2019

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo de Camargo

Contador CRC 1SP219767/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2019.

Salto, 20 de Dezembro de 2019.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da PricewaterHouseCoopers Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2019.

Salto, 20 de Dezembro de 2019.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro